



TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º 032/SMSU/2023

PROCESSO: 6029.2021/0015253-1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/SMSU/2022

OBJETO: "Contratação de Serviço para implantação de vídeo monitoramento através de câmeras com analíticos, para visualização via plataforma web, contendo sistemas gerenciais de operação, que possibilite a integração com outros sistemas, com fornecimento de toda a estrutura, equipamentos e mão-de-obra necessária conforme quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos."

A **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, por sua **Secretaria Municipal de Segurança Urbana**, inscrita no CNPJ sob n.º 05.245.375/0001-35, com sede na Rua da Consolação n.º 1379 - 12º andar - Consolação, São Paulo, SP - CEP: 01301-000, neste ato representada pelo Secretário Adjunto, senhor **ALCIDES FAGOTTI JÚNIOR**, adiante designada apenas **CONTRATANTE** e, de outro lado o **CONSORCIO SMART CITY SP**, inscrita no CNPJ sob n.º 51.604.560/0001-96, com sede na Avenida Imperatriz Leopoldina n.º 240 - Sala 1 - Edifício Clovis C. Bodini - Nova Petrópolis - São Bernardo do Campo - SP - CEP: 09770-271, neste ato representada pelo Administrador do Consorcio, senhor **JORGE MARQUES MOURA**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.XXX.X50-SSP/SP e CPF n.º 761.XXX.XXX-20, constituída em forma de consórcio pelas empresas **PK9 TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º **11.139.665/0001-05**, com sede nesta Capital na Avenida Queiroz Filho n.º 455 - Vila Hamburguesa - CEP: 05319-000, neste ato representada por seu Proprietário e Diretor, senhor **RODRIGO VANNUCCI DA CUNHA CAVALCANTI**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 15.XXX.XXX-SSP/SP e CPF n.º 287.XX.XXX-07; **CLD - CONSTRUTORA, LAÇOS DETETORES E ELETRÔNICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob n.º **CNPJ 55.996.615/0001-01**; com Sede na Avenida Imperatriz Leopoldina nº 240 - Nova Petrópolis - São Bernardo do Campo - SP - CEP: 09770-271, neste ato representada por seu sócio gerente, senhor **JORGE MARQUES MOURA**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.XXX.X50-SSP/SP e CPF n.º 761.XXX.XXX-20; **FLAMA SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º **42.008.850/0001-86**, com Sede na Rua Padre José de Anchieta n.º 628 - Vila Sfeir - Indaiatuba - SP - CEP: 13330-340, neste ato representada por seu Proprietário e Diretor, senhor **ALEXANDRE PENALVES SILVA**, portador da Cédula de identidade R n.º 48.XXX.XXX-6 - SSP/SP e CPF n.º 418.XXX.XXX-86, e **CAMERITE SISTEMAS S.A.**, inscrita no CNPJ sob n.º **05.818.541/0001-45** com sede na Avenida Santos Dumont n.º 935 - térreo, bairro Santo Antônio - Joinville - Santa Catarina, CEP: 89218-105, neste ato representado por seu Proprietário e Diretor, senhor **UEBERTON CRISTIAN DE AQUINO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.XXX.XX6-SSP/SP e CPF nº 048.XXX.XXX-79, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, na conformidade da Despacho de doc. **086916250** do processo



administrativo nº **6029-2021/0015253-1** têm entre si justo e acordado o presente Contrato, na conformidade das condições e Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto a "Contratação de Serviço para implantação de vídeo monitoramento através de câmeras com analíticas, para visualização via plataforma web, contendo sistemas gerenciais de operação, que possibilite a integração com outros sistemas, com fornecimento de toda a estrutura, equipamentos e mão-de-obra necessária conforme quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos."

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviço constantes do Termo de Referência – Anexo A parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico nº **079/SMSU/2022**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços serão prestados nos locais indicados conforme Termo de Referência, Anexo A parte integrante do Edital do Pregão Eletrônico nº **079/SMSU/2022**.

2.2 No prazo de 5 dias úteis a contar da emissão da ordem de serviço, a CONTRATADA deverá submeter um Cronograma de Atividades à apreciação e aprovação da CONTRATANTE. A execução contratual terá início a partir da aprovação do Cronograma de Atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo de execução do contrato será de 60 (sessenta) meses, observado o prazo limite constante do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/1993.

3.1.1 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 46 do Decreto Municipal 44.279/2003, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4 Não obstante o prazo estipulado na cláusula 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes à assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender às respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

4.1. O valor total da presente contratação para o período de sessenta meses é de **R\$ 588.000.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões de reais)**.

4.1.1. O valor mensal da presente será designada da seguinte forma:

O pagamento será realizado somente dos itens que forem utilizados, na quantidade utilizada, obedecendo o valor máximo abaixo descrito:

MEDIÇÃO MENSAL			
EQUIPAMENTO / SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$
Câmera fixa com analítico	14.000	R\$ 293,00	R\$ 4.102.000,00
Câmera PTZ com analítico	1.000	R\$ 1.229,00	R\$ 1.229.000,00
Câmera Panorâmica	2.000	R\$ 592,00	R\$ 1.184.000,00
Câmera analítica de leitura de placa	3.000	R\$ 405,00	R\$ 1.215.000,00
Custo de movimentação câmeras	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
Integração tipo 2	10.000	R\$ 9,90	R\$ 99.000,00
Integração tipo 3	10.000	R\$ 9,90	R\$ 99.000,00
Armazenamento em Nuvem por tempo indeterminado	1 PB (PetaByte) Unidade Byte	R\$0,0000000000177636	R\$ 20.000,04
Horas de desenvolvimento de integrações/ migração de sistemas/ desenvolvimento além do cronograma	1.000	R\$ 29,00	R\$ 29.000,00
Agente de suporte e manutenção 24 h	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00
Centro de Monitoramento	1	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
Centro Administrativo	1	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
Estação de operação	90	R\$ 1.200,00	R\$ 108.000,00
Estação de trabalho	10	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00
Sala de Situação – tipo A	1	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00
Sala de Situação – tipo B	15	R\$ 10.000,00	R\$ 150.000,00
Sala de Situação – tipo C	5	R\$ 10.000,00	R\$ 50.000,00
Movimentação Sala de Situação – tipo B	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Postes	8.000	R\$ 60,00	R\$ 483.040,00
Movimentação de postes	40	R\$ 69,00	R\$ 2.760,00
APP	4	R\$ 6.000,00	R\$ 24.000,00

Plataforma	1	R\$ 608.721,07	R\$ 608.721,07
IaaS Reserva Técnica	20% Referência de Consumo		R\$ 98.978,89
TOTAL:			R\$ 9.8000.000,00
Em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso.			

Tabela de Referência de Consumo de IaaS					
Volume total de IaaS	Unidade	Quantidade	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL 100% R\$	VALOR DE RESERVA TÉCNICA 20% R\$
Memória RAM	GB	2.562	R\$ 23,63	R\$ 60.540,06	R\$ 12.108,01
Armazenamento	GB	500.000	R\$ 0,30	R\$ 150.000,00	R\$ 30.000,00
Tráfego	GB	12	R\$ 7.260,00	R\$ 87.120,00	R\$ 17.424,00
Processamento	vCPU/Ghz	768/2.1	R\$ 14,51	R\$ 87.866,88	R\$ 17.573,38
Memória gráfica GRAM	GB	288	R\$ 199,54	R\$ 57.467,52	R\$ 11.493,50
Processamento Gráfico	CPU	6	R\$ 8.650,00	R\$ 51.900,00	R\$ 10.380,00
TOTAL:					R\$ 98.978,89
Em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso.					

4.1.2. Para se consumir as horas de desenvolvimento, a contratada deverá elaborar plano de trabalho, que deverá ser aprovado pelo Centro Administrativo, para que só depois possa originar a ordem de serviço.

4.1.2.1 O plano de trabalho pode ser elaborado por provocação da municipalidade ou por iniciativa própria da CONTRATADA, devendo ser necessariamente aprovado pelo Centro Administrativo.

4.1.2.2. Fluxograma para utilização das horas de desenvolvimento:

1. Identificação de uma nova demanda pela municipalidade;
2. Envio com a demanda para a Contratante elaborar um plano de trabalho para utilização das horas de desenvolvimento;
3. Apresentação de plano de trabalho para aprovação do centro administrativo;
4. Aprovação, reprovação, solicitação alterações do plano de trabalho;
5. Encaminhamento da OS, após aprovação do plano de trabalho;
6. Apresentação da solução proposta;

7. Fiscalização do processo de utilização das horas;

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital de licitação para registro de preços que deu origem a esta contratação e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho n.º 74.546/2023, no valor de **R\$ 588.000.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões)**, onerando a dotação referente do orçamento vigente 38.00.38.10.06.126.3024.2.171.3.3.90.40.00.00.2.500.9001.1, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4. Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data de apresentação da proposta, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 48.971/07, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, editada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

4.4.1.1. O índice previsto no item **4.4.1.** deste Anexo poderá ser substituído por meio de Decreto ou Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda e será automaticamente aplicado a este contrato, independentemente da formalização de termo aditivo ao ajuste.

4.4.1.2. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula **4.4.1.** deste Anexo, não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

4.8. Tendo em vista que se trata de uma contratação de prestação de serviço, conforme definido no OBJETO. Então toda e qualquer reposição, manutenção de equipamentos, fica a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência "Anexo A" do Edital **079/SMSU/2022** e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, à qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração Pública em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

5.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal.

5.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

5.9. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as boas práticas ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

5.11. O banco de dados deve ser mantido íntegro, com alta disponibilidade e utilizar as melhores práticas de segurança.

5.12. A CONTRATADA deve ter profissionais capacitados e com experiência nas atividades a serem realizadas, podendo ser contratados mediante contrato de prestação de serviço com a CONTRATADA em função da demanda. Lembrando da necessidade de profissionais de segurança da informação capacitados e experientes, tendo em vista toda a segurança dos sistemas e infraestrutura que compõem a plataforma é de inteira responsabilidade da contratada.

5.13. A CONTRATADA deve possuir capacidade para implantar e operar a plataforma em Data Centers no Brasil ou deve operar a plataforma em Data Centers no Brasil mantendo a latência solicitada no ANEXO A TERMO DE REFERÊNCIA.

5.14. Tendo em vista que se trata de uma contratação de prestação de serviço, conforme definido no OBJETO. Então toda e qualquer reposição, manutenção de equipamentos, fica a cargo da CONTRATADA, toda e

qualquer reposição, manutenção de equipamentos, decorrentes de mau uso, problemas elétricos/de infraestrutura, roubo, furto, vandalismo, eventos da natureza (raios/enchentes) e quaisquer outros motivos, fica a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as especificações do Termo de Referência, das cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada pela empresa;

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.2.1. A fiscalização será realizada por meio de ferramenta de monitoramento e acompanhamento de SLA integrado à plataforma.

6.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

6.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços;

6.7. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será iniciado assim que a plataforma estiver disponível, com no mínimo 200 câmeras instaladas e o Centro Administrativo instalado.

7.1.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

7.1.2 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.3 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

7.1.4 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação.

da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

7.1.5 O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

7.2 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.2.1 O pagamento do valor contratado ocorrerá através de medições mensais. As faturas mensais corresponderão ao valor das medições realizadas nos serviços, a partir dos preços unitários constantes na Proposta de Preços, apresentada na habilitação da empresa e devidamente atestada pela Equipe de Fiscalização do serviço.

7.2.2 No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, poderá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos dos artigos 9º-A e 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/2009.

7.2.2.1. A Secretaria Municipal da Fazenda poderá permitir que os tomadores de serviços procedam à inscrição dos prestadores de serviços referidos no subitem acima.

7.2.3 Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/2009, e da Portaria SF nº 124/2022.

7.3 Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

7.4 A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- f) Folha de Medição dos Serviços;
- g) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;

- h) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;
- i) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
- j) Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- k) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
- l) Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;
- m) Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- n) Certidão negativa de débitos no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, instituído pela Lei Municipal nº 14.094/05, regulamentada pelo Decreto nº 47.096/06;

7.4.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.5 Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.6 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no Banco do Brasil S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

7.7 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTRATO E DA RESCISÃO

8.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 combinada com a Lei Municipal 13.278/2002, Decreto Municipal 44.279/2003 e demais normas complementares aplicáveis à espécie.

8.2 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal 8.666/1993.

8.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer dos motivos especificados no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem assim o referido no parágrafo único do artigo 29 da Lei Municipal nº 13.278/2002, independentemente da notificação ou interpelação judicial.

8.4.1 Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei 8.666/1993, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

8.5. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todos os dados referentes ao serviço contratado à CONTRATANTE ANTES do término ou rescisão do presente contrato sem qualquer ônus à municipalidade.

8.6. Todos os arquivos e imagens referentes a Plataforma SMART SAMPA devem ser migrados para o armazenamento indicado pela CONTRATANTE, devendo estar em formato aberto/livre para que possa ser utilizado em outro sistema de natureza semelhante. Antes do final do contrato, o CONTRATANTE deverá enviar os dados e informações sob sua posse em formato livre e interoperável - que não dependa de solução proprietária específica.

8.7. Em caso de não cumprimento de SLA, a CONTRATANTE, poderá rescindir o contrato e a CONTRATADA será responsável por cumprir o item 8.6. acima em sua íntegra, fica a CONTRATANTE responsável apenas pelo pagamento do valor de operação da plataforma.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência - Anexo A do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 54.873/2014.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas municipais pertinentes.

9.4 O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência pelo FISCAL DO CONTRATO e pelo CENTRO ADMINISTRATIVO, atestar se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.5 Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo A, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei Federal 8.666/1993 e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total ou parcial do objeto, observando-se os procedimentos contidos no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/2003, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas na cláusula 10.2, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

d) impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

10.1.1 A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto na cláusula 10.1 deste Anexo, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 desta cláusula, e alcançar o total de 50 (CINQUENTA) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10

10.1.1.1 Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.

10.1.1.2 Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses a contar da data da aplicação da penalidade.

10.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.2.1 Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

10.2.1.1 No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

10.2.2 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

10.2.3 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

10.2.4 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2 % do valor mensal do contrato
2	0,4 % do valor mensal do contrato
3	0,8 % do valor mensal do contrato
4	1,6 % do valor mensal do contrato
5	3,2 % do valor mensal do contrato
6	4,0 % do valor mensal do contrato
7	0,1 % do valor anual do contrato
8	0,5 % do valor anual do contrato
9	1,5 % do valor anual do contrato
10	10,0 % do valor total do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Disponibilidade do serviço inferior a definida na Tabela Disponibilidade 1	4	Por minuto ultrapassado no mês
2	Reincidência do item 1 desta tabela	5	Por minuto ultrapassado no mês
3	Reincidência Recorrente do item 1 desta tabela Considerado como a recorrente a partir do terceiro mês seguido de reincidência	4	Multiplicado pelo número de reincidências do período
4	Disponibilidade do serviço inferior a definida na Tabela Disponibilidade 1	9	Por minuto ultrapassado no Ano
5	Disponibilidade do serviço inferior a definida na Tabela Disponibilidade 2	4	Por minuto ultrapassado no mês
6	Reincidência do item 5 desta tabela	5	Por minuto ultrapassado no mês
7	Reincidência Recorrente do item 5 desta tabela Contado a partir do terceiro mês seguido de reincidência	4	Por minuto ultrapassado no mês

8	Disponibilidade do serviço inferior a definida na Tabela Disponibilidade 2	8	Por minuto ultrapassado no Ano
9	Disponibilidade do serviço inferior a definida na Tabela Disponibilidade 3 Não monitorar a disponibilidade de serviços conectados à plataforma	1	Por minuto ultrapassado no mês
10	Disponibilidade do serviço inferior a definida na Tabela Disponibilidade 3 Não monitorar a disponibilidade de serviços conectados à plataforma	7	Por minuto ultrapassado no Ano
11	Latência superior a definida na Tabela Latência 1	2	Por mês em que ocorrer
12	Latência superior a definida na Tabela Latência 2	1	Por mês em que ocorrer
13	Latência superior a definida na Tabela Latência 3	1	Por mês em que ocorrer
14	Latência superior a definida na Tabela Latência 3	1	Por mês em que ocorrer
15	O não cumprimento do que foi definido na Tabela Suporte - Nível 1	4	Por ocorrência
16	O não cumprimento do que foi definido na Tabela Suporte - Nível 2	4	Por ocorrência
17	O não cumprimento do que foi definido na Tabela Suporte - Nível 3	6	Por ocorrência
18	O não cumprimento do que foi definido na Tabela Suporte - Nível 4	9	Por ocorrência
19	Não Cumprimento do DRP - Plano de Recuperação de Desastres	10	Por ocorrência
20	Não Implementação da Política de Segurança da Informação	10	Por mês em que ocorrer
21	Não Cumprimento da Política de Segurança da Informação	10	Por ocorrência
22	Não Implementação da Segurança Cibernética	10	Por mês em que ocorrer
23	Não Cumprimento da Segurança Cibernética	10	Por ocorrência
24	Não Implementação do Plano de Contingência	10	Por mês em que ocorrer
25	Não Cumprimento do Plano de Contingência	10	Por ocorrência
26	Não realização Semestral de Auditoria e Teste Segurança	9	Por ocorrência
27	27 Não apresentação dos certificados no prazo estipulado	2	Por mês em que ocorrer e por certificado

10.2.4.1 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

10.2.5 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vales transporte, vales refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da

categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

10.2.6 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas na cláusula 10.1 deste Anexo, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.3 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 55 do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

10.3.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

10.3.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.3.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.3.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.4 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 80 incisos I e IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.5 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal **8.666/93 e Decreto Municipal nº 44.279/2003, observado os prazos nele fixados.**

10.5.1 No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

10.6 As penalidades acima não se aplicam quando houver um desastre (por força maior) e que a CONTRATADA notificar a CONTRATANTE em até 25 Minutos do ocorrido e inicie imediatamente o DRP - Plano de Recuperação de Desastres.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1 Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de **R\$ 29.400.000,00 (vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais)**, correspondente ao importe de 5 % do valor total do contrato, nos termos do § 2º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, nos termos do artigo 56, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/1993, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 76/2019. Sendo na modalidade de caução em dinheiro, será efetivada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim.

11.1.1 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

11.1.1.1 O não cumprimento do disposto na cláusula 11.1.1, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2 deste contrato.

11.1.2 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

11.1.3 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

11.1.4 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 56, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos endereços constantes no preâmbulo deste contrato direcionados ao servidor responsável pela fiscalização do contrato e para o Centro Administrativo do Smart Sampa.

12.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4 Fica a CONTRATADO ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6 A Contratada deverá comunicar à Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7 No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 15.5 do edital.

12.8 Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do Pregão nº **079/SMSU/2022** do processo administrativo SEI nº **6029.2021/0015253-1**.

12.9 O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

12.10 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, 07 de agosto de 2023.



ALCIDES FAGOTTI JÚNIOR
Secretário Adjunto
SMSU

JORGE MARQUES MOURA
Representante Legal
Consorcio SMART CITY SP

TESTEMUNHAS:



Documento assinado digitalmente
DEBORA FELIX MANTOVANI
Data: 07/08/2023 18:04:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1. Nome: _____
RG: _____



Documento assinado digitalmente
JOSE DONIZETTI DE MORAIS
Data: 07/08/2023 17:56:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2. Nome: _____
RG: _____

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/5CC0-E117-646C-ED2C> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5CC0-E117-646C-ED2C



Hash do Documento

123C01C3346E064D55E802F36CCB1E1663D6327798D947983521DDCE8EBCB678

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/08/2023 é(são) :

JORGE MARQUES MOURA (Parte) - 761.631.568-20 em
07/08/2023 17:29 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

